



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



HABEAS CORPUS Nº: 0204815-1 031
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: PAULO FERNANDO DE MOURA BARROS FILHO
PACIENTE: ISMAEL PEREIRA LIMA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

EMENTA: PROCESSO PENAL. **HABEAS CORPUS.** EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CORRÊU PRESO EM OUTRA COMARCA. PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MAUS ANTECEDENTES. RECEIO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. ATRIBUTOS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I — Não bastante a complexidade do feito, com dois acusados, um deles preso em outra comarca, o processo originário tem seguido seu curso natural, afigurando-se razoável o período transcorrido desde a prisão do Paciente.

II — Havendo sido o Paciente preso em flagrante e denunciado por haver, juntamente com outro indivíduo, e mediante uso de arma de fogo, cometido três roubos sucessivos, bem como

M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



032
respondendo ele a Termo Circunstanciado por delito anterior, necessária se mostra sua custódia cautelar a fim de garantir a ordem pública, dado o temor de reiteração criminosa.

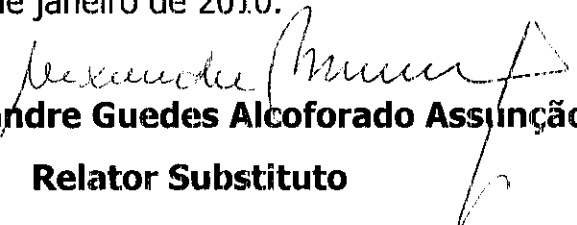
III - Atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si sós, a decretação ou manutenção da prisão preventiva do réu, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0204815-1**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



033

HABEAS CORPUS Nº: 0204815-1
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: PAULO FERNANDO DE MOURA BARROS FILHO
PACIENTE: ISMAEL PEREIRA LIMA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

Paulo Fernando de Moura Barros Filho impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Ismael Pereira Lima**, indicando como autoridade coatora a Exma. Sra. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 04/07/2009, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II¹, c/c o art. 71², ambos do Código Penal, figurando como acusado nos autos do Proc. nº 238.2009.001082-9.

¹ **Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

² Crime continuado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



034

Alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) há excesso de prazo na formação da culpa, em razão de sua custódia cautelar já durar mais de 05 (cinco) meses; b) o Paciente tem o direito de responder ao processo em liberdade, em virtude de inexistirem, na espécie, os fundamentos da custódia preventiva e de ser ele primário e possuidor de bons antecedentes sociais, residência fixa e profissão definida.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 09/11**.

Foi o pedido de liminar indeferido pelo Exmo. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio às **fls. 18/19**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 23/24**, minudenciando a sequência dos atos processuais realizados.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. a Procuradora Eleonora de Souza Luna**, apresentou parecer às **fls. 28/32**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



035

HABEAS CORPUS Nº: 0204815-1
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: CRIMINAL
IMPETRANTE: PAULO FERNANDO DE MOURA BARROS FILHO
PACIENTE: ISMAEL PEREIRA LIMA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

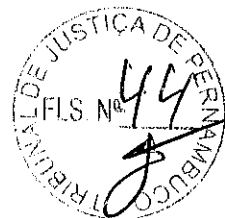
Conforme relatado, o Impetrante aduz o seguinte: a) há excesso de prazo na formação da culpa; b) o Paciente tem o direito de responder ao processo em liberdade, em virtude de inexistirem, na espécie, os fundamentos da custódia preventiva e de ser ele primário e possuidor de bons antecedentes sociais, residência fixa e profissão definida.

No concernente ao primeiro argumento, ressalte-se que, consoante inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, "o prazo para a conclusão da instrução probatória não pode ser a mera soma aritmética dos prazos de cada ato processual"³. Nesse contexto, filio-me ao entendimento de que os prazos processuais não podem ser enxergados como barreiras intransponíveis, afigurando-se muito

³ STF, HC 87275/BA, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ 02/03/2007.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



036

mais relevante considerá-los sob a ótica da razoabilidade, a depender das vicissitudes do caso concreto.

Assim sendo, deve-se considerar que, não bastante a complexidade do feito, com dois acusados, um deles preso em outra comarca, o processo originário tem seguido seu curso natural, conforme as informações prestadas pela autoridade dita coatora, senão vejamos.

O Paciente foi preso em flagrante no dia 04/07/2009 e denunciado em 09/08/2009. Após, foi a peça acusatória recebida no dia 04/09/2009, oportunidade em que se determinou a citação do acusado, a qual foi efetuada em 13/10/2009. Consta das informações, ainda, que o réu formulou pedido de liberdade provisória em 19/08/2009, havendo o Ministério Público se pronunciado pelo indeferimento no dia 18/10/2009, encontrando-se os autos, no momento, conclusos para despacho.

Desse modo, inexistente o constrangimento ilegal por excesso de prazo alegado pelo Impetrante.

No que respeita aos fundamentos da custódia cautelar, percebe-se que o Paciente foi preso em flagrante e denunciado por haver, juntamente com outro indivíduo, e mediante uso de arma de fogo, cometido três roubos sucessivos, tendo subtraído aparelhos celulares, capacetes, uma bolsa contendo documentos pessoais, além de uma vultosa quantia em dinheiro de uma empresa.

Ademais, como bem ressaltou a douta Procuradora de Justiça, é de se notar que o Paciente responde a Termo Circunstanciado de Ocorrência



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio 037



na mesma Comarca de Serra Talhada, por delito anterior ao dos presentes autos.

Nesse contexto, deve-se concluir que, uma vez solto, o Paciente encontraria os mesmos estímulos prática criminosa, pelo que necessária se mostra a sua segregação preventiva, com o fito de garantir a ordem pública, na esteira da jurisprudência de nossos Tribunais Superiores:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, II E IV DO CPB). PRISÃO PREVENTIVA. (...) PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. (...) ORDEM DENEGADA. (...)

*2. In casu, além da comprovada materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, **a prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem pública, haja vista a periculosidade do paciente evidenciada pelo modus operandi da conduta** (crime por encomenda) **e fundado receio de reiteração criminosa**, uma vez que também responde pela suposta prática de outro delito (roubo)"⁴ (grifos nossos).*

Por derradeiro, impende salientar que atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si sós, a decretação ou manutenção da prisão preventiva do acusado, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, confira-se o seguinte acórdão do Supremo Tribunal Federal, assim ementado:

⁴ STJ, HC 130842/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, DJe 03/11/2009.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

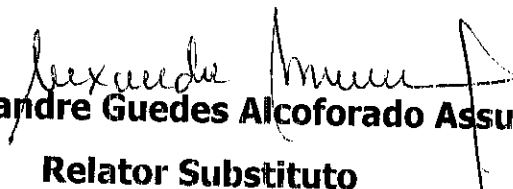
038



"EMENTA: Habeas Corpus. 2. Prisão preventiva. Periculosidade. Residência em local diverso do foro da ação penal. 3. Decreto judicial fundamentado em dados concretos a justificar a prisão cautelar do paciente. 4. Primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão lícita. Circunstâncias que, por si só, não afastam a possibilidade da preventiva. Precedentes. 5. Habeas Corpus indeferido"⁵ (grifos nossos).

Diante do exposto, **voto** pela **denegação** da ordem.

Recife, 27 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto

⁵ STF, HC 84341/MT, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 04/03/2005.